
FOUCAULT E A ECONOMIA POLÍTICA: UMA ARQUEOLOGIA SOBRE A GOVERNABILIDADE MODERNA

FOUCAULT AND POLITICAL ECONOMY: AN ARCHEOLOGY OF MODERN GOVERNABILITY

MARCELINO DE CARVALHO SANTANA
Universidade de Brasília

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar parte dos apontamentos de Michel Foucault (1926-1984), em relação à história das ideias, com ênfase em suas circunspecções acerca da economia política. Valendo-se de seu método, denominado de “arqueologia”, Foucault mostra que, ao longo do período que vai do século XVII ao XVIII, definido por ele como “idade clássica”, é possível observar a presença de certa “ordem das coisas”. Tal ordem diz respeito à interação entre as diferentes noções primárias de conhecimento, a partir das quais o desenvolvimento das ciências modernas, com destaque aqui para a economia política, se tornou possível. Tal observação, conforme apresentada neste trabalho, possibilitou compreender a manutenção de noções ou formas primárias, a qual produziu um extrato material de conhecimento identificado, por Foucault, como episteme. Por último, buscou-se ainda apresentar as diferenças básicas entre o método arqueológico e o método histórico convencional, além dos objetivos em torno de sua formulação e a sua recepção no meio científico.

Palavras-chave: Economia Política; Foucault; Arqueologia; Episteme.

Abstract: The objective of this article is to present part of Michel Foucault's (1926-1984) notes in relation to the history of ideas, with an emphasis on his circumspections on political economy. Using his method, called “archaeology”, Foucault shows that, throughout the period from the 17th to the 18th century, defined by him as the “classical age”, it is possible to observe the presence of a certain “order of things”. This order concerns the interaction between the different primary notions of knowledge, from which the development of modern sciences, with emphasis on political economy, became possible. Such observation, as presented in this work, made it possible to understand the maintenance of notions or primary forms, which produced a material extract of knowledge identified, by Foucault, as episteme. Finally, we also sought to present the basic differences between the destroyed method and the conventional historical method, in addition to the objectives surrounding its formulation and its reception in the scientific world.

Keywords: Political Economy; Foucault; Archeology; Episteme.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo propõe uma apresentação introdutória de alguns dos apontamentos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) à história das ideias, em particular à concepção esboçada pela economia política. Além da pertinência de suas reflexões, cabe aqui uma menção acerca do alcance da obra deste pensador em relação aos muitos enfrentamentos por ele assumidos ao longo de sua trajetória intelectual. Seguramente que as suas inquirições aos princípios da economia política, após mais de dois séculos de existência da mesma, assim como o seu compromisso com um método alternativo para pensar tais princípios, produziu efeitos desconcertantes a diferentes campos do saber¹. Com base nessas informações julga-se oportuno um estudo que busque apresentar, ainda que de forma introdutória, o estilo e o método foucaultiano, tendo, como elementos fundamentais nessa apresentação, a arqueologia do poder² e a episteme da economia política.

Entre as principais reflexões de interesse dos estudantes em economia política³, destacam-se as inquirições acerca da moeda, da riqueza, do valor, do preço, além da constituição arqueológica da Fisiocracia (enquanto escola de pensamento), da conformação da economia política, das considerações ao seu estágio “não científico”, além de uma profunda reflexão acerca do liberalismo, enquanto uma “nova arte de governar” emergida do século XVIII. Cabe ainda ressaltar que Foucault se dedicou à

¹ Sobretudo entre os historiadores, os quais não receberam de bom grado algumas das características do método foucaultiano, a exemplo de sua prioridade dada aos cortes e as estruturas sobre as continuidades ou evoluções, além do pouco (ou nenhum) interesse pelo “social”. Sua ênfase ao “novo”, considerando que os fatos humanos são raros, não podendo ser considerados como algo envolto da plenitude da razão, haja vista que tal enquadramento tende a produzir violência e obscuridade sobre a realidade, também significou uma cortina colocada entre Foucault e os historiadores. Veyne aponta a consolidação do método histórico, de modo geral, com barreira a impedir a abertura dos historiadores a outros questionamentos. Não obstante, a possibilidade de uma história destituída de causalidades, proposta por Foucault, havia sido drasticamente rejeitada. Cf. VEYNE, 1998, p. 241-285; 2011, p.43-65.

² O termo “arqueologia” é basicamente o que denomina e caracteriza o método foucaultiano. Todavia, diferente da “convencional”, a arqueologia proposta por Foucault não pretende uma evolução da história das ideias apenas como descrição da forma pela qual diferentes saberes são determinados a partir de novos elementos que insurgem em um momento ou outro, mas como esses elementos (novos e velhos) se relacionam de maneira a estabelecer uma configuração epistêmica coerente no horizonte. Revel, 2005, p. 16-17.

³ A utilização do termo inicial remete à necessidade de contextualizar o período apontado por Foucault. Portanto, concebe-se a “economia política” (*political economy*) como o conjunto de saberes que, a partir do final do século XIX, se popularizaria como apenas como “economia” (*economics*). Grifo do autor.

formulação de elementos constituintes para uma história da noção de *homo economicus*, além de ter realçado a insustentável tese da limitação do poder do soberano através das relações econômicas⁴ (Foucault, 1987; 1999; 2008). Ainda em relação às ciências humanas, Foucault inaugurou um tipo específico de abordagem, cujo fundamento é fundamentado na investigação daquilo que ele alcunhou de “epistemes básicas” (Arida *in* Gala; Rêgo, 2003).

Deste modo, estando os interesses e objetivos traçados, a metodologia, a ser utilizada, versa sobre a revisão bibliográfica tendo, como base, três obras fundamentais, a saber, *Les Mots et les Choses*⁵, considerada de grande repercussão ao ponto de incidir na notoriedade de Foucault pelo círculo intelectual francês, *L’archéologie du savoir*⁶, a qual corrobora o amadurecimento dos temas abordados na obra anterior, e *Naissance de la biopolitique*⁷, a qual traz uma compilação de aulas seriais ministradas no *Collège de France* entre 1978 e 1979. Além destas obras, foram adicionadas, às referências, outras leituras auxiliares, advindas de autores que se debruçaram sobre a obra e o pensamento de Foucault, além de artigos e ensaios.

O artigo encontra-se dividido em três seções, não considerando a introdução e as considerações finais, sendo que algumas dessas seções se desdobram em subseções. A primeira seção ensaia uma interpretação acerca do método de Foucault,

⁴ Entre as controvérsias erigidas a partir do posicionamento de Foucault, que atribui à economia política, por ele definida com “ciência taxonômica”, a elaboração de novas formas de poder ao Estado e a outras instituições a ele relacionadas (educacionais, médicas, financeiras, estatísticas, psicológicas e urbanas) Apesar de a crítica de Jürgen Habermas (1929), a qual é delineada em seu livro *Der philosophische Diskurs der Moderne* (O Discurso Filosófico da Modernidade), de 1985, ser ampla, abrangendo todas as instâncias do pensamento foucaultiano, ela define um norteador que é a própria “genealogia do poder”, com a qual Foucault examinou o pensamento econômico, assim como outras ciências humanas, no intuito de apreender como os indivíduos se tornaram sujeitos na modernidade (sociedade civil). Valendo-se do termo “criptonormativismo”, Habermas acusa Foucault de apresentar uma orientação oculta ou indefinida acerca da intenção por trás de sua arqueologia do poder. Conforme pontua Habermas, por biopoder, Foucault refere-se ao modo disciplinar cujo caráter local, constante, produtivo, e penetrante fixa-se antes nos corpos do que nas cabeças ou espíritos (no sentido de consciência), submetendo os indivíduos a uma pressão normatizante rigorosa, de modo a não necessitar de um fundamento normativo para isso. Partindo dessa avaliação, Habermas conclui que esse argumento mostra-se suficiente para conceber a historiografia genealógica (detém o sentido de arqueológica em alguns usos), não como uma crítica à modernidade, mas como tática, ou seja, como meio de liderar a guerra contra uma formação de poder normativamente intocável. Cf. Guizzo; Lima, 2015; Habermas, 2000, p. 333-372; Melo, 2019. Grifo do autor.

⁵ *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines* (As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas), de 1966, inicialmente intitulado como *L’ordre des choses* (A Ordem das Coisas). Grifo do autor.

⁶ Traduzido como “A arqueologia do saber”, de 1969. Grifo do autor.

⁷ Traduzido como “Nascimento da biopolítica”. Grifo do autor.

na qual se tenciona entender a interação entre as noções primárias de conhecimento, à medida que se busca ilustrá-las, de forma específica, em sua investigação acerca dos conceitos elementares da economia política, denominada, *a priori*, de “análise das riquezas”. Na segunda seção buscou-se uma conexão entre essa “análise das riquezas” e a “economia política” em seu estágio definitivo, sendo que, tanto na primeira quanto na segunda seção foram abordados três dos conceitos mais caros à obra de Foucault, são eles: 1) “episteme”, 2) “arqueologia” 3) e “discurso”⁸. Por último, a terceira seção ensaia uma vinculação entre a “idade clássica” e o século XIX, além de se explorar a interpretação que Foucault faz acerca do liberalismo, compreendido por ele como uma forma de governo, respaldada nos princípios da economia política. Além disso, aborda-se ainda, nesta última parte, o conceito de “biopolítica” e a sua relação com a economia política, do qual derivam, em um segundo momento, os subconceitos “biopoder” e “dispositivo”.

2 O HISTÓRICO DISTANCIAMENTO DE SENTIDO ENTRE AS PALAVRAS E AS COISAS

No prefácio de *Les mots et les choses* Foucault reporta-se a um conto intitulado *O Idioma Analítico de John Wilkins*, o qual compõe a coletânea *Otras inquisiciones* (1952), que, por sua vez, reúne ensaios do escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986). A intenção inicial de Foucault (1999), ao reproduzir esse texto, é instigar, no público leitor, o mal-estar, por ele vivenciado, a partir do contato com as descrições apresentadas no livro pelo autor. Essa pequena experiência revela o quão desconfortante é a limitação que uma determinada forma (estranha à recorrente) pode conferir ao pensamento. É a partir dessa “impossibilidade de pensar” – em razão da qual, na maioria dos casos, os indivíduos são remetidos a formas fantasiosas, que só

⁸ A palavra “discurso” é tomada por Foucault num sentido técnico muito particular e, justamente, não designa “aquilo que é dito”, mas trata-se de uma forma de sintetizar um conjunto de enunciados que, mesmos pertencendo a campos diferentes, obedecem a regras de funcionamento comum. Todavia, não se trata apenas de regras linguísticas ou formais, mas de formas de reprodução de cisões historicamente determinadas. Deste modo, o uso do “discurso”, em Foucault, remete a uma ordem que se relaciona com um período específico, detendo, desse modo, função normativa e reguladora, capaz de colocar em funcionamento os mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, das estratégias e das práticas. Cf. Veyne, 2011, p. 239; Revel, 2005, p.37.

encontram seu lugar no imaginário – que Foucault (1999) inicia a sua reflexão, sobre a qual repousa o interesse dessa seção.

A princípio, a causa dessa limitação do pensamento relaciona-se à classificação dos animais (taxonomia), extraída de uma enciclopédia chinesa, presente no conto referido, na qual os mesmos aparecem organizados da seguinte forma:

[...] a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas” (Borges, 1974, p. 708).

A citação apresenta um conjunto de palavras e categorias desprovidas de tempo e lugar. Foucault (1999) se vale de expressões do tipo “espaço sobrecarregado”, “figuras complexas”, “caminhos emaranhados”, “locais estranhos”, “secretas passagens” e “imprevistas comunicações” para se referir aos distúrbios da linguagem, denominado por ele de afásicos⁹. Para Foucault (1999), a perspicácia de Borges não se restringe apenas à extravagância da classificação, mas diz respeito à sua capacidade de elucidar a ruína em que se achava o espaço de encontro entre as “formas de pensar vigentes” e as “outras formas”, não sendo necessariamente as formas encontradas no passado, tal como faz a investigação histórica convencional, mas as formas admitidas a partir de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso. Prossegue afirmando que os animais descritos somente poderiam ser encontrados na voz imaterial que pronuncia sua enumeração, ou mesmo, na página que a transcreve. Não obstante, esses animais somente poderiam se justapor dentro daquilo que Foucault (1999) havia definido como o “não lugar da linguagem”. Por sua vez, este “não lugar” assumirá o sentido oposto de “lugar-comum” em sua arqueologia

⁹ A afasia (gr. *aphasia*) consiste na perda de capacidade de compreensão ou de expressão das palavras, símbolos ou gestos, geralmente provocada por lesão na região cerebral correspondente a essas funções. Na filosofia a afasia é a atitude dos cétricos na medida em que se abstêm de pronunciar-se, de afirmar ou de negar alguma coisa a respeito de tudo o que é “obscuro”, isto é, que não move a sensibilidade de forma a produzir uma modificação que induza necessariamente a assentir. Logo, a afasia é, por assim dizer, a abstenção do juízo vinculada à suspensão do assentimento. LAROUSSE ILUSTRADO, 2004, p.18; Abbagnano, 2007, p. 19.

da linguagem das ciências humanas. Em tese, todas essas heterotopias¹⁰, encontradas na obra de Borges (1974), demonstram as dificuldades linguísticas em manter articuladas, ao lado e em frente uma das outras, as palavras e as coisas. Foucault (1999) mostra que os afásicos, produzidos com o distanciamento entre as palavras e as coisas, produzem incômodos e impossibilitam pensar a classificação com base em uma “ordem”, obtida a partir de um olhar mais fiel, todavia, obedecendo aos códigos primários que regem, dentro de cada cultura, a linguagem, os esquemas perceptivos, as trocas, as técnicas, os valores, as hierarquias de suas práticas entre outros elementos.

Foucault (1999) finaliza essa parte introdutória apontando exemplos históricos em que determinadas culturas se afastaram insensivelmente de suas ordens empíricas, prescritas em seus códigos primários, sob a constatação de que essas não seriam as únicas “ordens” possíveis nem tampouco as melhores. No entanto, ao assumir uma “nova ordem”, processo esse que é, por ele, ilustrado como um tipo de “libertação de grilhões”, as novas culturas estabelecem “novos grilhões” aos campos da linguística, da percepção (semiótica) e da prática, tornando-os parcialmente neutralizados.

Por conseguinte, essa “nova ordem” servirá de alicerce no qual serão edificadas as teorias gerais de classificação das coisas, assim como a sua interpretação. Caso essa interpretação seja codificada, a mesma se revelará contínua, graduada, ligada ao espaço, tal qual um quadro de variáveis, composta de elementos semelhantes que se aproximam sucessivamente. Caso seja reflexiva, essa mesma interpretação se mostrará fracionada, descontínua, constituída, a cada instante, pelo impulso do tempo e organizada em torno de diferenças cada vez mais crescentes.

Em sua conclusão, Foucault (1999) aponta que há sempre, em toda cultura, entre o uso dos códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, a “experiência da ordem” e de suas formas de ser. Deste modo, com o propósito de situar sua episteme, no tempo e no espaço, ele delimita um período, o qual se inicia ainda no século XVI, assim com a cultura ocidental, enquanto lugar (temporal e geográfico) onde ainda seria possível notar certa ordem das coisas. A partir de então, como “alguém que nada

¹⁰ O conceito foucaultiano de “heterotopia” (gr. *hetairoi*: diferente; *tópos*: lugar)” diz respeito à existência de lugares e/ou espaços que funcionam em condições não homogêneas em relação às normas sociais e culturais. A taxonomia de Borges seria um exemplo de heterotopia. Cf. Foucault, 1999.

contra a correnteza”, ele tenta refazer esse percurso da linguagem, dos seres animais e das trocas, situando a episteme de cada um, no intuito de mostrar a “ordem das coisas”, cujas modalidades, vinculadas ao espaço e ao tempo, deram suporte positivo aos diversos conhecimentos.

2.1 UMA ARQUEOLOGIA DA RIQUEZA, DO VALOR DA MOEDA E DO PREÇO

A compreensão da arqueologia de Foucault somente é possível se, simultâneo a ela, se achar definida a sua formulação para “episteme¹¹”. É admissível que persista certa dificuldade em compreender tal conceito devido à noção inicial para episteme implicar na ideia de “conhecimento verdadeiro”, se contrapondo ao falso conhecimento. No entanto, na concepção de Foucault, a episteme, a qual se revela como conceito aplicável ao mesmo estágio da reflexão filosófica em que – um pouco antes – se assentou o conceito contemporâneo de “paradigma¹²”, remete a interação de noções primárias em uma determinada época. Conforme define:

Por episteme entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo

¹¹ A episteme (gr. *epistémē*) clássica diz respeito à “ciência”, a qual se coloca contraposta à “opinião” (gr. *doxa*) e à “arte” ou “habilidade” (*techné*). O termo foi reintroduzido à linguagem filosófica por Foucault (fr. *épistémé*) para designar o “espaço” historicamente situado na repartição do conjunto dos enunciados, os quais se referem a territórios empíricos, constituindo o objeto de um conhecimento positivo. De outro modo, o conceito estabelece a existência de uma ordem necessária, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade, da qual ela, no entanto, independe. Deste modo, não se trata de uma formulação de uma “teoria da ordenação dos saberes”, mas sim da demonstração de que, em um determinado momento da história, ocorreu uma ruptura abrupta nessa “ordenação”, a qual corrompeu a totalidade dos métodos, inaugurando uma concepção fragmentada da história da ciência. Japiassu; Marcondes, 2008, p. 87-88; Machado, 2006, p.111-142

¹² No início de sua formulação, Thomas Kuhn define, como “paradigma da comunidade” (científica), o “conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação”. Dando sequência a esse raciocínio, o autor aponta que, ao estudar esses paradigmas e utilizá-los na prática, os membros dessa comunidade aprendem o seu ofício, ou seja, o “fazer científico”. Contudo, Kuhn salienta que o pesquisador irá sempre descobrir uma área obscura, ocupada por realizações cujo *status* ainda encontra-se permeado de dúvida, o que não impede que haja um núcleo dos problemas resolvidos e de técnicas esclarecidas. Igualmente, o conceito de “paradigma” de Kuhl teria sucedido o “falseabilismo” de Karl Popper (1902-1994) – formulado alguns anos antes – na refutação daquilo que ficou conhecido nas ciências como “visão adquirida”, isto é, um tipo de análise puramente lógica da estrutura formal das teorias científicas, o qual teria predominado ao longo do intervalo entre as duas guerras mundiais, considerado o clímax do positivismo lógico. Cf. Kuhn, 1970, p. 43-44; Blaug, 1993, p.37-91.

segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas (Foucault, 1987, p.217).

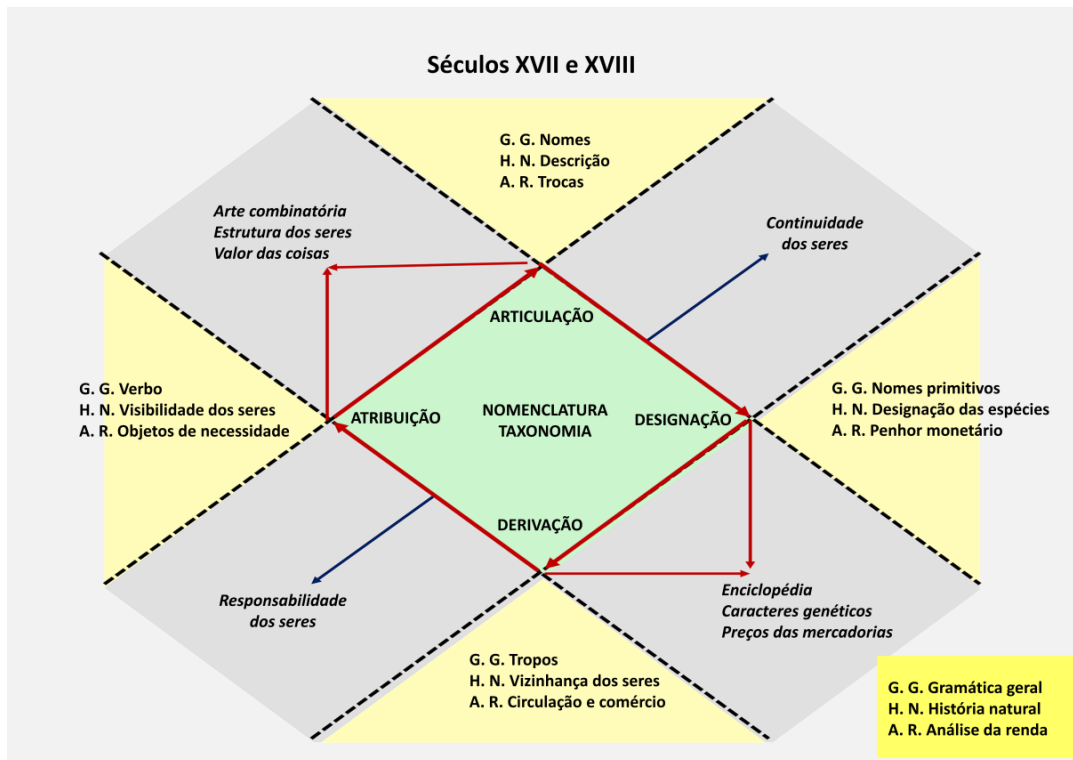
Conforme Rabinow e Dreyfus (1995), Foucault discorre acerca de um projeto de constituição de um método universal de análise¹³, iniciado, segundo ele, por René Descartes (1596-1650) durante a “idade clássica¹⁴”. Não obstante, tal método lograva produzir certezas científicas, através de uma perfeita ordenação das representações e dos signos, adequada à reprodução da ordem do “mundo” e do “ser”, haja vista que, conforme aponta, o “ser” também emergia de uma ordem universal. Igualmente, reconhecendo a existência de uma concepção simplificada das naturezas, a partir da qual o “sujeito” emergiria, dois termos-chaves passam a orientar, de diferentes formas, a investigação científica, a saber, a “comparação” e a “ordem”. Logo, estando essas naturezas perfeitamente isoladas e sendo o método de elaboração seguro, poder-se-ia avançar das mais simples às mais complexas formas, com precisão garantida. É sobre essa noção, a qual implica numa ruptura em relação à *mathesis* da idade clássica, que se assenta o conceito de episteme de Foucault.

Revel (2005) sintetiza a episteme como um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época histórica. Essa definição adequa-se à leitura proposta pelo “diagrama da ordem das coisas” (ver figura 01).

¹³ Também conhecido como “matemática universal” (lat. *mathesis universalis*), expressão cunhada por Gottfried Leibniz (1646-1716) para designar a arte combinatória ou característica universal. Cf. Abbagnano, 2007, p. 653.

¹⁴ A expressão “idade clássica” ou “época clássica”, em Foucault, corresponde ao período entre os séculos XVI e XIX, quando, entre outros acontecimentos, a loucura passou a ser percebida como doença mental ou como forma relativa à razão, entrando numa relação eternamente reversível, na qual toda loucura detém sua razão, que a julga e a controla, assim como toda razão detém sua loucura, na qual ela encontra sua irrisória verdade. Não obstante, em outras passagens de sua obra, quando se refere à conformação da ciência a partir do método, Foucault a define em recortes menores, todavia dentro de um período maior, ora se referindo ao intervalo entre os séculos XVI e XVIII, ora entre o XVII e o XIX. Cf. Foucault, 1978, p. 7-51; Foucault, 1999, p. 99-105.

Figura 01: Diagrama da ordem das coisas



Fonte: elaboração própria, adaptado de Foucault (1999).

Ao visualizar a figura 01, duas coisas chamam, simultaneamente, a atenção do observador. A primeira delas diz respeito a um período que vai do século XVII ao XVIII, o qual, segundo Foucault, compreende o “Renascimento”, o “Clássico” e o “Moderno”. A segunda diz respeito aos deslocamentos da linguagem, entendida por Foucault (1987) como genitora de modos de “ser” e de “fazer”. Foucault aponta que, ao longo da “era renascentista”, as condições epistêmicas para o pensamento encontravam similaridade através da assinatura de objetos (signos) no mundo. Valendo-se apenas do exemplo que se relaciona à economia política, a qual Foucault se limita a chamar de “análise das riquezas¹⁵” (A. R.), é possível notar que o “valor”, enquanto nomenclatura, é atribuído a objetos de necessidade e de troca, enquanto que o “preço”, em

¹⁵ A “análise das riquezas” seria a etapa primitiva (responsável), ou a noção inicial, a qual, através de uma episteme, possibilitou a continuidade desse saber à etapa em que mesmo adquire o nome de “economia política”, assim como ocorreu com a “gramática geral” em relação à “filologia”, e com a “história natural” em relação à “biologia”. Cf. Foucault, 1987, p. 72.

determinado momento, é tido como uma designação para “penhor monetário”, ou derivação da “circulação do comércio”. De certo modo, ambos, “valor” e “preço”, mantêm entre si uma conexão com a qual se torna possível a estabilidade do discurso por entre os espaços¹⁶. Não obstante, a circularidade “articulação-designação-derivação-atribuição”, recorrente no diagrama, institui uma espécie de “extrato material de conhecimento” que Foucault (1999; 1987) irá definir como episteme, o qual, por sua vez, permitirá que os padrões de conhecimento encontrem nomes autoconscientes, desvinculados (ou não) da “ordem” primária (Foucault, 1987, 1999).

Ainda de acordo com Foucault (1999), essa reflexão institui um caminho que não compete à “história das ideias” ou “das ciências”, mas é, antes de tudo, um esforço por encontrar os fatores ou causas que possibilitaram o desenvolvimento de determinados conhecimentos e teorias em um dado momento. Sem embargo, tal esforço visa ainda revelar o espaço de ordem onde se constituiu o saber, ou mesmo, o *a priori* histórico¹⁷, sobre o qual esses conhecimentos puderam aparecer. De outro modo, essa seria a sua definição para o conceito de arqueologia, o qual teria sido formulado com o intuito de impedir que seu método fosse relacionado, de forma indiscriminada e aleatória, à “história das ciências” e/ou à “história das ideias” (Machado, 2005). Quanto a isso, Foucault (1999) insiste ao dizer que esse caminho não se constrói com base em conhecimentos descritos em seu progresso rumo a uma objetividade, tal como faz a história das ciências ou das ideias, mas no reconhecimento do domínio (*ethos*) onde esses conhecimentos se constituem, os quais estariam deslocados de seu lugar original (heterotopia), conforme visto anteriormente. Deste modo, o que se pretende, a partir desse recuo, não é organizar os acontecimentos, obedecendo a determinados critérios imprescindíveis à compreensão dos fatos ou coisa do tipo, mas sim ordenar os saberes que atravessaram os discursos em diferentes épocas e lugares, a isso Foucault (também) dará o nome de episteme.

Portanto, distinta da definição antiga, relacionada ao “verdadeiro conhecimento” a episteme adquire, em Foucault, o sentido de “lugar”, onde tais

¹⁶ Curiosamente, evita-se a expressão “ao longo da história”, a qual não compõe o “glossário foucaultiano”. Grifo do autor.

¹⁷ Com essa expressão Foucault emite uma crítica aos historiadores, de quem ele esperava uma adesão aos seus escritos a fim de que estes pudessem estabelecer um método de explicação da história de forma dissociada das sociedades. Cf. Veyne, 2011, p. 43.

conhecimentos, estando fora de qualquer critério referente à sua racionalidade e/ou objetividade, enraízam sua positividade e manifestam assim a sua história. Todavia, não a história no sentido de eventualidades contínuas, mas sim no sentido de continuidade das condições de sua existência. A episteme pode ser ainda interpretada como um sistema ou fundamento que constitui as “regras de formação” para todos os enunciados reais, por mais múltiplos que sejam, os quais são, por sua vez, formados no fluir do “discurso” (científico ou não) em um determinado momento da história (Amariglio, 1998). Não obstante, Machado (2005) reitera que a episteme pode ser compreendida como a “ordem específica do saber”, a configuração, ou mesmo, a forma como esse saber se encontra organizado, isto é, a disposição que o mesmo assume, em determinada época, é que faz com que ele detenha positividade.

3 DA “ANÁLISE DAS RIQUEZAS” À PRODUÇÃO: O SIGNIFICADO ARQUEOLÓGICO DA FISIOCRACIA

Na avaliação de Foucault (1987), a economia política constitui uma ciência impregnada de ideologia. Dentro da ordem do saber, onde a produção não existe, ela se classifica como “noção” de um “domínio geral” de uma camada um tanto coerente e satisfatoriamente estratificada, que compreende e abriga, entre tantos objetos parciais: as noções de valor, de preço, de comércio, de circulação, de renda e de lucro, ou seja, a riqueza enquanto conceito abstruso entre os séculos de sua gênese (Foucault, 1999). Por sua vez, a supressão da “produção”, nesse instante de sua análise, relaciona-se com o fato de ser a “riqueza” o elemento a aproximar a economia de uma ciência natural, detendo para esta o mesmo significado que tem a “gramática geral” para a “filologia” ou a “história natural” para a “biologia”. Não obstante, a “produção” cumpre outra etapa da evolução da economia política, a saber, a sua conformação como “ciência humana”. Por último, ao longo da chamada “idade clássica”, isto é, o período que abarca os séculos XVII e XVIII, a formação da riqueza se

dava, de forma mais intensa, pelo processo de acumulação, consagrado na literatura como “mercantilismo¹⁸”, sendo a produção quase inexistente.

Assim, seria inútil colocar a economia de tipo diferente, ou seja, constituída em torno da produção ou do trabalho, não considerando sua episteme, na qual ela assume sua positividade. A positividade, de que fala Foucault (1999), remete a consolidação daquilo que ele chama de “ordem das coisas”. Conforme Machado (2005), Foucault introduz um sentido análogo ao que é empregado à epistemologia, ou seja, a positividade como característica do discurso científico. Essa atitude distingue sua arqueologia, enquanto “método”, da história das ideias, à medida que se observa a sua cautela em utilizar conceitos como “noção” ou “domínio geral”, em vez de “ciência”, tal como faz a própria epistemologia. Deste modo, o que se conhece como “economia política”, para Foucault nada mais é senão uma espécie de domínio da riqueza. De modo geral, é desse domínio que irão insurgir as reflexões iniciais, assim como as primeiras confusões sistemáticas, as quais persistirão ao longo do percurso traçado pela economia política, destacando-se as que envolvem a relação “moeda-riqueza” ou “valor-preço de mercado”. Por conseguinte, o esforço para resolver tais questões iniciais, conforme fez Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Jean-Baptiste Say (1767-1832) entre outros, abriu o caminho para aquilo que se convencionou chamar, posteriormente, de “economia científica” (Foucault, 1999).

Com relação à “riqueza”, Blaug (1996) mostrou que, por “riqueza”, Adam Smith queria dizer, não o capital da comunidade, em um determinado momento (estoque), mas a renda da comunidade produzida durante um período de tempo (fluxo), apesar de que, nem sempre, Smith tenha aderido, de fato, a esta concepção. No que diz respeito à riqueza, Foucault (1999) se referia a algo cujo valor lhe era intrínseco, pretendendo assim uma definição epistêmica para a mesma, a qual pressupõe uma proximidade entre “nome” e “essência”, ou, em outros termos, entre a “palavra” e a “coisa em si”. Algo semelhante se deu com sua reflexão sobre a moeda, cujo valor achava-se contido em si mesma, isto é, na composição metálica sobre a qual foi

¹⁸ Longe de ser uma doutrina, o mercantilismo é, na melhor das hipóteses, um conjunto de reflexões e de práticas que se distribuem ao longo de todo o século XVII, as quais consistem no acúmulo de divisas pelo Estado, por meio de metais preciosos, e sob uma política externa protecionista. Cf. Foucault, 1999, p. 238-239. Grifo do autor.

constituída. Portanto, a moeda era, *per se*, um artefato valioso (riqueza), de modo que seu acúmulo significava o acúmulo de metais preciosos como ouro, prata e/ou bronze. Foucault (1999) mostra que, durante o século XVI, admitiu-se uma moeda cujo metal aparecia como “signo”. Esse fato produziu uma contradição, no sentido de que, sendo signo, a moeda era utilizada como medida de riqueza, ao passo que ela mesma era considerada uma riqueza. Desta problemática decorreram todas as tentativas de correlacionar “moeda” e “preço”, as quais atravessaram todo o debate envolvendo o conceito de riqueza nesse período.

Partindo da definição de Robert Heilbroner¹⁹, a “riqueza” é considerada um conceito fundamental em economia, para não dizer o “ponto de partida conceitual” para a disciplina. No entanto, apesar de toda a sua centralidade, a riqueza nunca atingiu um consenso quanto à sua definição. De modo que, ainda que não tenham ocorrido controvérsias mais acaloradas, comparáveis às que envolveram outro conceito caro aos economistas, ou seja, o “valor”, as concepções de riqueza se colidiram de forma profunda e até irreconciliável. O resultado desse processo é visto na permanência da discussão envolvendo “preço” e “valor”, a qual havia sido de categórica para a conformação da economia como ciência, justamente por colocar em questão o próprio escopo e conteúdo da disciplina (Durlauf; Blume, 2008).

Foucault (1999) mostrou que a moeda também detinha seu próprio preço, haja vista ter nascido como mercadoria, cuja capacidade de troca e, por conseguinte, cujo valor de substituto nas trocas se modifica segundo sua frequência ou sua raridade. Conquanto, enfatiza ainda que, após longos debates entre metalistas e antimetalistas, a obra de Richard Cantillon (1680-1734) pôde, finalmente, distinguir uma coisa da outra, a partir da formulação de sua “teoria do preço de troca” e a do “valor intrínseco²⁰”, a qual teria discernido o “paradoxo do valor”. De tal modo, iniciava-se, a partir de então, a vinculação do valor a uma “teoria geral da utilidade”, esboçada, a princípio, por Ferdinando Galiani (1728-1787), Jean Joseph Louis Graslin (1727-1790) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), e, posteriormente, formalizada por William Stanley Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) entre outros.

¹⁹ Robert Heilbroner (1919-2005) em sua contribuição com o verbete “riqueza” para o *The New Palgrave*. Cf. DURLAUF; BLUME, 2008, p. 711-714.

²⁰ Geralmente apresentado como “paradoxo do valor”, através da “alegoria da água e diamante”, do qual se desprendem as teorias do “valor de uso” e “valor de troca”. Grifo do autor.

Blaug (1996) havia atentado para o fato de que, embora o *Tableau Économique* (1758), de François Quesnay, (1694-1774) tivesse falhado em sua missão de provar que a terra é produtiva de valor, foi dele que Adam Smith havia extraído o tema da riqueza, isto é, os bens de consumo reproduzidos anualmente pelo trabalho da sociedade, assim como a doutrina do trabalho produtivo e a ênfase na circularidade essencial do processo de produção e distribuição. Seguramente que, ao se reportar ao *Tableau Économique*, Smith afiança a tese fundamental aqui discutida:

E, assim como não se pode compreender a teoria do verbo e do nome, a análise da linguagem de ação, a das raízes e de sua derivação, sem se referir, através da gramática geral, a essa rede arqueológica que as torna possíveis e necessárias, assim como não se pode compreender, sem demarcar o domínio da história natural, o que foram a descrição, a caracterização e a taxinomia clássicas, tanto quanto a oposição entre sistema e método, ou “fixismo” e “evolução”, assim também não seria possível encontrar o liame de necessidade que enlaça a análise da moeda, dos preços, do valor, do comércio, se não se trouxesse à luz esse domínio das riquezas que é o lugar de sua simultaneidade (Foucault, 1999, p. 229-230).

Portanto, o *Tableau Économique* desempenha seu papel de “extrato material de conhecimento”, aqui explanado, o qual permitiu a Smith dar continuidade ao tema da riqueza e seus correlatos. Para muitos, esse teria sido o momento em que se poderia falar de uma evolução do “sistema” para o “método” na economia política, embora não seja esse o movimento pretendido pela arqueologia. Indiferente disso, o que sobressalta, em seu campo de interesse, é a demonstração de que, por entre os séculos XVII e XVIII – aqui chamado de “idade clássica” –, era possível encontrar o liame entre as análises fundamentais à economia política. Em contrapartida, por mais que se tenha a impressão de que esse movimento permanece quase ininterrupto, do Renascimento até dias atuais, por mais que se pense que a teoria do valor de Condillac se encontra, em parte, no marginalismo do século XIX, ou ainda, por mais que John M. Keynes (1883-1946) tenha sentido, em algum momento de suas leituras, algum tipo de afinidade com Cantillon ou Malthus, ao nível das ideias e dos temas, Foucault (1999) irá afirmar que tudo isso não passa de efeito de superfície, pois, no nível arqueológico, é fato que o sistema das positivities mudou de maneira drástica por entre os séculos XVIII e XIX, eis aí a “descontinuidade” de que se fala.

4 O LIBERALISMO COMO UMA NOVA ARTE DE GOVERNAR NO SÉCULO XVIII

A origem contemporânea para as relações de poder do Estado, sobre a sociedade, encontra-se vinculada ao nascimento do mercado, em seu sentido mais geral. Nesse percurso, a teoria econômica tornou-se um lugar e/ou um mecanismo de formação de “verdades”. Com a evolução das relações e dos meios tecnológicos, o Estado foi se ampliando, no que diz respeito ao alcance de seus domínios, ao passo que essas relações foram sendo colocadas em ambientes cada vez mais fragmentados, denominados por Foucault (2017) de “micro poderes”, sendo estes, por sua vez, pensados através daquilo que ele definiu como “microfísica”. Por microfísica, Foucault designa um deslocamento do espaço de análise em termos espaciais e qualitativos. Nesse processo, dois aspectos se destacam: a consideração do poder em suas extremidades e a atenção a suas formas locais. Em vista de sua busca pelas origens, Foucault esboçou ainda uma investigação acerca dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado do corpo, quer seja em seus gestos, suas atitudes, seus comportamentos, seus hábitos e/ou discursos (Machado, 2005).

Assim, Foucault abriu sua aula de 10 de janeiro de 1979 falando de método, se abstendo das velhas concepções envolvendo a “arte de governar” para se lançar a novos desafios metodológicos. Entre as “velhas concepções”, lista-se aqui a prática governamental real, ou seja, aquela que se desenvolveu a partir da busca por soluções de problemas que se colocavam, assim como as táticas e instrumentos escolhidos para fazê-lo. Não se trata, portanto, dessa anterior “arte de governar”, mas da “arte de governar” em sua forma mais objetiva possível. Observa-se, em sua atitude, um desvio, em relação à forma convencional da história, em favor de seu “apriorismo histórico”, algo que, de certo modo, justifica o fato de seu ponto de partida, para pensar a arte de governar, se achar situado também no século XVIII.

Foucault irá mostrar ainda que, diferente do que afirmaram os historiadores do pensamento econômico, a “economia política clássica” não havia se estabelecido como uma forma de entender e criar um “sistema de economia política liberal” projetado para limitar o poder do soberano, mas sim para constituir novas formas de poder ao Estado e a outras instituições a ele vinculadas (GIZZO; LIMA, 2015).

A despeito da evidente adesão à arqueologia, enquanto recurso metodológico, os conceitos foucaultianos de “dispositivo” e de “biopolítica” serão os mais frequentes ao longo dessa seção. Por “dispositivo”, Foucault refere-se aos operadores materiais de poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de “assujeitamento” utilizados por estes. De acordo com essa definição, o Estado encontra-se arregimentado por um edifício jurídico, construído pelas ideologias que o acompanham. Assim, em razão da diversidade de formas de poder, surge a necessidade metodológica da noção de “dispositivos”, como meio a racionar e funcionalizar as ações do Estado. Prosseguindo em uma análise meticulosa acerca do poder, Foucault observa algumas distinções, tanto no campo dos discursos quanto no das práticas, o que o leva a adotar, de forma secundária, expressões do tipo: “dispositivos de poder”, “dispositivos de saber”, “dispositivos disciplinares”, “dispositivos de sexualidade” entre outros (Revel, 2005).

Por sua vez, a biopolítica designa a forma pela qual o poder tende a modificar-se, entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de exercer controle não apenas dos indivíduos, por meio de um aparato de procedimentos disciplinares, mas do conjunto dos viventes constituídos em “população” (Revel, 2005). De acordo com Guizzo e Lima (2015), ao longo desse trajeto, o sujeito passou a ser pensado não apenas individualmente²¹, conforme endossado pela literatura econômica liberal, mas, sobretudo, em coletividade, processo esse que teria sido coroado pela continuidade (valendo-se da arqueologia) da noção de “população”, pensada, a partir de então, como entidade econômica, social e questão política.

²¹ Tendo sido pensado por iluministas, tais como John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776), o individualismo serviu de base ao liberalismo econômico clássico, que adotou a livre-concorrência como princípio máximo, tendo em Adam Smith o seu maior representante. Por sua vez, esse mesmo individualismo passaria a ser endossado por representantes do neoliberalismo no século XX, entre eles Ludwig Von Mises (1881-1973) e Friedrich von Hayek (1899-1992). Cf. Sandroni, 1998, p. 299. Grifo do autor.

Deste modo, a noção de biopolítica em Foucault irá sempre implicar numa análise histórica do quadro de racionalidade política no qual ela aparece, ou seja, observando o estágio em que se encontram determinadas “noções” e/ou “saberes”. Nesse caso, a noção captada diz respeito a uma nova forma de governar, a saber, o “liberalismo”. Conforme Revel (2015), por liberalismo Foucault pressupõe o exercício do governo que visa, não apenas minimizar seus custos materiais, mas, também, maximizar seu domínio (biopoder) sobre todas as instâncias da vida.

Em vista dessa concepção, o poder do Estado, em sua forma liberal, só se tornou possível, enquanto prática, devido à consolidação (como verdades) das questões com as quais a “economia política”, tratada nas seções anteriores como “análise das riquezas”, se ocupou ao longo do período entre 1750 e 1820. Não obstante, Foucault rejeita o uso da expressão “economia política” como campo de conhecimento voltado para a análise das riquezas ou da distribuição. Diferente disso, sua análise sobre a mesma se assenta na afirmação da presença de mecanismos de limitação governamental:

Ora por “economia política” entende-se também, de forma mais ampla e mais prática, todo o método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação. E, finalmente, (a) economia política – por sinal é o termo que vocês veem utilizado por Rousseau em seu célebre verbete “economia política”, da Enciclopédia –, a economia política é uma espécie de noção geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade. A economia política, a meu ver, é fundamentalmente o que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental (Foucault, 2008, p. 19).

Nota-se que, embora Foucault descreva, com certa frequência, acerca da “limitação do poder governamental”, ou, como proferem os economistas, de participação mínima do Estado nas decisões de interesse econômico, é exatamente nessa característica que se colocam os dispositivos de poder, os quais irão atuar de forma setorizada, entretanto, muito mais eficiente do que de forma conjunta. Veyne (2011) remete à contradição frequente em sociedades antigas em que um “bom saber” funcionava como antítese de um “mau poder”, ou seja, havendo difusão de conhecimento, as pessoas não se mostrariam dispostas a obedecer quaisquer regras, sem que essas tenham passado pelo crivo da reflexão.

Com relação a isso, Foucault (2008) mostra ainda que, em sua versão atual, o poder se diz “científico”, “racional” e “informado”, operando, inclusive, em instituições de ensino. Essa tática teria se solidificado no final do século XVIII com a difusão dos princípios gerais da economia política. A partir de um esforço abstrativo, Foucault (2008) se auto interroga acerca do quê, de fato, se ocupa a economia política, isto é, a maneira como se define as suas análises. A princípio, ele não oferece uma resposta objetiva, no sentido de dizer sobre o que realmente a economia política analisa, mas sobre o que ela não analisa. Entre o que ela não analisa ele destaca os direitos inscritos na natureza humana ou a história de uma sociedade. Em seguida, buscando uma visão geral para a questão, Foucault (2008) se mostra incisivo ao afirmar que a economia política reflete sobre as próprias práticas governamentais. Dessa forma, ela não questiona se tais práticas são (ou não) legítimas, assim como também não enfrenta a questão em sua origem, mas a admite, visando, primordialmente, as suas possíveis vantagens. Com respeito a isso, segue ele:

[...] Ela não as encara sob o prisma da sua origem, mas sob o dos seus efeitos, não se perguntando, por exemplo: o que é que autoriza um soberano a cobrar impostos, mas simplesmente: quando se cobra um imposto, quando se cobra esse imposto nesse momento dado, de tal categoria de pessoas ou de tal categoria de mercadorias, o que vai acontecer? Pouco importa ser esse direito legítimo ou não, o problema é saber quais efeitos ele tem e se esses efeitos são negativos. É nesse momento que se dirá que o imposto em questão é ilegítimo ou que, em todo caso, não tem razão de ser (Foucault, 2008, p. 21).

Essa ausência de uma dimensão ética na economia política (nova racionalidade) constitui uma das razões pelas quais ela pôde, segundo Foucault (2008), ocupar um lugar de destaque dentro da própria prática e na razão governamental, estabelecidas em épocas anteriores. Em outras palavras, o “discurso” – e nada mais que ele – é visto como o afiançador da economia política em sua pretensa missão de “limitadora do poder governamental”. De acordo com Guizzo e Lima (2015), isso significaria dizer que, em outros instantes da “noção de governo”, o Estado havia exercido seu poder na forma de um “direito”, não apenas sobre a vida, mas também sobre a morte das pessoas, sem, necessariamente, levar em consideração a “manutenção da vida”. Ainda com relação a isso, basta um breve recuo à história para que se tenha uma prévia de

que, ambas, “vida” e “morte” ocupavam um lugar secundário dentro das prioridades do Estado. No entanto, Foucault (2008) mostra que esse quadro foi se alterando através do surgimento de novos mecanismos de poder, controle, disciplina e vigilância no final do século XVIII, com os quais se pretendia produzir indivíduos obedientes e disciplinados, meio que na contramão do *homo economicus*, racionalizado e autônomo em suas decisões.

Assim sendo, um novo tipo de poder emergia a partir de então, comprometido em cuidar da manutenção da vida e, portanto, do bem-estar da população²². Se, na história passada, o território figurava como a principal preocupação do soberano, na contemporaneidade a “população” adquiriu, por intermédio da economia política, o *status* de recurso nacional, do qual dependiam os bons resultados obtidos por parte dos quadros de governança, de modo a tornar, essa “população”, a sua principal preocupação.

4.1 A RELAÇÃO DOS HISTORIADORES COM A ARQUEOLOGIA CRÍTICA DE FOUCAULT

Conforme tratado, ao longo das seções anteriores, pode-se dizer que o objetivo fundante da arqueologia de Foucault era distinguir seu método investigativo dos métodos de abordagem da “história da ciência” e das “ideias”. Machado (2005) vai um pouco além ao afirmar que a intenção de Foucault era mesmo a de invalidar a concepção de história desenvolvida pelos historiadores das ideias. Segundo aponta, isso não implicava na negação da história, mas no esforço de Foucault em mostrar que, ao contrário do que vislumbram esses historiadores, para quem a ciência é constituída de um progresso contínuo, a arqueologia revela que tais continuidades não podem ser conferidas em todas as épocas. No caso do pensamento econômico, entendido aqui como pertencente à “história das ideias”, Foucault delineou, de forma coerente, um continuísmo (episteme), ou mesmo, uma ontologia que sustentou o seu discurso por entre os séculos XVII e XVIII, todavia, algo semelhante não pôde ser ratificado a partir do século XIX em diante.

²² Provavelmente, esse processo pode ser identificado no desenvolvimento do *Welfare State* na segunda metade do século XIX. Grifo do autor.

De acordo com Veyne (1998), a forma com que Foucault lida com a história é aquela que privilegia os cortes (rupturas) e as estruturas²³, que prioriza as continuidades ou evoluções e que, por conta da dificuldade de compreensão, por parte de muitos de seus contemporâneos, em muitos momentos ele acabou sendo acusado de não se interessar pelo “social”, afirmação inteiramente desleal, haja vista que a “Revolução Estudantil de Maio de 1968²⁴”, em Paris, havia sido categórica em realçar o seu interesse pelo tema do “poder”. Há que se dizer ainda da frequência com que Foucault, ao longo das aulas de 1978-1979, formula inquirições de cunho metodológico aos historiadores, como se, de forma implícita, ele estivesse nutrindo uma disputa de caráter epistemológico com estes:

[...] Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano os súditos existe? (Foucault, 2008, p. 5).

Em contrapartida, a reação dos historiadores foi de estranhamento entre os seus interesses e os interesses de Foucault. É possível que esse estranhamento tenha se confirmado na impossibilidade de ruptura com uma tradição metodológica:

Esses historiadores já tinham seu próprio método e não estavam dispostos a abrir-se a outro questionamento, que era o de um filósofo, em obras que eles compreendiam mal e que eram, de fato, mais difíceis para ele do que para outros leitores, pois só podiam lê-las à sua própria grade metodológica. O que Foucault escrevia era, aos olhos, um tecido de abstrações estranhas à prática histórica. As noções que eles encontravam nos livros do filósofo não eram aquelas a que estavam habituados e que viam como a única moeda do historiador. Foucault lhes parecia pagá-las com papel-moeda filosófico; eles acreditavam que falavam de realidades (Veyne, 2011, p. 43-44).

Em sua explicação para a embaraçosa relação entre Foucault e os historiadores, Veyne (1998) aponta que a intuição inicial de Foucault não é a estrutura, sobretudo pelo fato desta acomodar os distintos dispositivos de controle. Apesar de sua ênfase às

²³ Daí a frequente associação de seu nome ao estruturalismo, a qual ele rejeitava. Cabe aqui lembrar que tanto *Histoire dela folie* (1961) como *Naissance de la clinique* (1963), foram escritas em plena febre estruturalista e Linguística. Cf. DOSSE, 1993, p. 368-370; Veyne, 1998, p. 282.

²⁴ Cf. Foucault, 2017.

descontinuidades, sua reflexão também não se centralizou no “corte”, ou no “discurso”, mas sim na “raridade”. Contudo, o que Foucault realmente quis dizer com raridade? A resposta é instantânea na medida em que os fatos humanos são tidos como arbitrários e não óbvios. Por outro lado, à primeira vista, essa afirmação pode soar uma contradição em relação aos resultados obtidos através de sua arqueologia, isto é, sobre a existência de um horizonte onde as noções de conhecimento se vinculam, ou mesmo, do ponto de vista de seu “apriorismo histórico”, para o qual todas as coisas detêm historicidade.

Rabinow e Dreyfus (1995) ensaiam um elemento adicional para se entender o contexto em que se deram as reflexões de Foucault, das quais originaram o seu método arqueológico. Conforme apontam, de maneira não muito diferente que muitos de seus contemporâneos, Foucault teria esboçado uma tese na qual a compreensão do homem havia atingido um ponto decisivo (não final) no campo das ideias. De tal modo que, a sensação reinante, na segunda metade do século XX, era a de que o estudo das humanidades deparava-se com um “projeto” que poderia ser levado adiante (Rabinow; Dreyfus, 1995; Dosse, 1993). Essa visão associava-se aos projetos estruturalistas de Claude Lévi-Strauss (1908-2008), Jacques Lacan (1901-1981) e Noam Chomsky (1928), os quais pareciam escancarar um domínio formal de análise, podendo, desta forma, ser perseguido por quem estivesse disposto a se libertar dos preconceitos tradicionais, algo que, conforme apontou Veyne (1998) não se efetivou.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou apresentar algumas das circunspecções do filósofo francês Michel Foucault à economia política. O título do trabalho compõe-se de uma intenção proposital, porém inevitável, tomando por base o esforço reflexivo dispensado por Foucault em fundamentar a sua afirmação de que a economia política nada mais é senão um “domínio geral”, o qual aloja, como tantos objetos parciais, as noções de “valor”, “preço”, “comércio”, “circulação”, “renda” e “lucro”. Igualmente, a economia política seria “ideológica”, uma vez que não interroga os seus fundamentos, antes se

coloca a serviço da “razão governamental”, suprimindo qualquer possibilidade de um governo soberano e, desta forma, tornando o poder do Estado ilimitado.

Ao longo de suas ponderações, Foucault demonstra que, em regra, todo o conjunto de leis e normas que rege a economia política encontra-se vinculado a “noções” que já se achavam estabelecidas por entre os séculos XVII e XVIII, denominado, por ele, como “idade clássica”. Não obstante, a idade clássica, de que se fala, consiste num recorte temporal que se inicia com o “Renascimento” e segue até alcançar a “era moderna”.

No que diz respeito ao pensamento econômico, Foucault aponta que as noções primitivas, identificadas por ele como “análise das riquezas”, estiveram vinculadas de modo a sagrar o que se concebe como “economia política” propriamente dita, cujo início se dá somente na primeira metade do século XIX, com a publicação da obra de David Ricardo e não com a de Adam Smith²⁵, conforme se costuma postular.

Ainda que a abordagem esteja destituída de qualquer juízo de valor, coube fazer, ao longo do texto, algumas menções honrosas ao “método arqueológico”, com destaque para a sua eficácia em encontrar, em diferentes épocas, as noções de conhecimentos, a partir das quais o desenvolvimento de teorias contemporâneas se tornou possível. Como exemplo referido no texto, Foucault situou a legítima importância da Fisiocracia para a consolidação da economia política, não no sentido de apresentá-la como corrente de ideias a inaugurar as primeiras reflexões acerca de determinadas questões fundamentais, mas por ter mantido um extrato material de conhecimento (episteme) manifesto entre os séculos XVII e XVIII, sobre o qual a economia política se constituiu.

Na sequência, buscou-se apresentar as reflexões acerca das relações de poder do Estado e do liberalismo, sendo este último entendido por Foucault como uma “nova arte de governar”, para o qual a economia política oferecia o seu “aparato discursivo”

²⁵ Essa exclusão relaciona-se com o fato de a obra de Adam Smith situar-se na episteme sugerida por Foucault, isto é, entre os séculos XVII e XVIII. De modo que, a partir de Ricardo, o trabalho (enquanto atividade de produção) torna-se a principal, senão a única, fonte de valor. Logo, se todo valor tem sua origem no trabalho, isso presume que o trabalho, a partir desse momento, se tornou um produto, deixando de ser um signo, como na “idade clássica”, quando “valer alguma coisa” significava a capacidade de ser substituído por outra coisa no processo de troca, ou ainda, quando o valor dependia das equivalências e da capacidade que as mercadorias tinham de se representarem umas às outras. Cabe aqui a observação de que tanto *Les Mots et les Choses* (1966) como *L’archéologie du savoir* (1969) compõem um estudo sobre os signos. Cf. Machado, 2005.

para a consolidação daquilo que se convencionou chamar de “verdade”. A partir desse suporte, oferecido pela economia política, através de seus princípios gerais, uma nova racionalidade, assim como novos dispositivos de controle, havia se formado, fazendo com que esse poder passasse a atuar de maneira fracionada, mas não menos eficiente, por entre os estratos e estruturas sociais. Há que se dizer ainda que essa racionalidade se especializou, não apenas na defesa do território – apesar de que essa preocupação persiste entre as formas contemporâneas de governo – mas, sobretudo, no compromisso do Estado para com a população, processo que pode ser ilustrado na formulação do “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*) no século XIX. Da mesma forma como nas anteriores, essa é mais uma discussão que envolve método, na qual Foucault irá novamente confrontar a metodologia dominante entre os historiadores das ideias ao propor a arqueologia como método capaz de apreender as noções de conhecimentos, geralmente ofuscadas pela supervalorização progressiva dos fatos. Assim, Foucault erradica uma tese, assaz difundida entre os historiadores das ideias, nesse caso, os “historiadores do pensamento econômico”, de que a “economia política clássica” havia projetado um sistema capaz de limitar o poder do soberano, quando o que de fato ocorreu foi a construção de novas formas de poder ao Estado e a outras instituições com as quais ele se relaciona.

Por fim, a avaliação a essa intervenção de Foucault, a partir da formulação de um método próprio, a se contrapor à história do pensamento econômico, é altamente positiva. É possível que Foucault tenha falhado em construir uma tradição pautada nesse método (arqueologia), em virtude da presença implícita de uma suposta disputa frequente em seus textos. Contudo, não se pode negligenciar a sua contribuição ao “fazer histórico”, a partir da segunda metade do século XX, quando foram publicadas duas importantes obras referentes ao seu método, *Les Mots et les Choses* (1966) e *L’archéologie du savoir* (1969). Seguramente que, a partir desses escritos, grande parte dos subsídios teóricos do “pensamento foucaultiano” foi difundida entre historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos e, mais recentemente, entre economistas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMARIGLIO, Jack. The Body, Economic Discourse, and Power: an economist's introduction to Foucault. **History of Political Economy**. Durham/EUA: Duke University Press, v. 20, n.4, p. 583-613, 1988.
- ARIDA, Pérsio. A História do Pensamento Econômico com Teoria e Retórico. In: GALA, Paulo; RÊGO, José Márcio (orgs.). **A História do Pensamento Econômico com Teoria e Retórico: ensaios sobre metodologia em Economia**. São Paulo: Editora 34, 2003, p.13-43.
- BLAUG, Mark. **Economic Theory in Retrospect**. Cambridge: University Press, 1996.
- BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam Mark Blaug**. São Paulo: EDUSP. 1993.
- BORGES, Jorge Luis. **Otras Inquisiciones**. Recopilación "Obras Completas" (1923-1972). Buenos Aires: Emecé Editora, 1974, p. 632-709.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo: vol. 1, o campo do signo – 1945-1966**. Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. **The New Palgrave: dictionary of economics**. Second Edition. New York: Macmillan Publishers Ltd. 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A "Arqueologia" do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma "arqueologia" das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUIZZO, Danielle; LIMA, Iara Vigo de. Foucault's contributions for understanding power relations in British classical political economy. **Economia**, Elsevier/Amsterdam, v. 16, is. 2, p. 194-205, may-august. 2015.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HANS, Kelsen. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

MACHADO, Roberto. **Foucault e a Ciência do Saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MELO, Elton Bernardo Bandeira de. Liberdade, Crítica e Política: A Coerência do Pensamento de Foucault a partir do seu Debate com Habermas. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.7, n.1, p. 157-193, abr. 2019.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz Editora, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

VEYNE, Paul M. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VEYNE, Paul M. **Como se Escreve a História; Foucault Revoluciona a História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Outros

AFASIA. In. **LAROUSSE ILUSTRADO** da língua portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

SOBRE O(A) AUTOR(A)

Marcelino de Carvalho Santana

Graduado em História (2009) e Economia (2017) é professor com experiência no sistema público de ensino em todos os seus níveis. Como pesquisador tem desenvolvido estudos em História, especificamente em História do Brasil (História do Brasil Colônia; História do Brasil Império; História do Brasil República; História do Brasil Regional), História Moderna e Contemporânea e Teoria e Filosofia da História. Em Economia destacam-se os estudos em Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico (Crescimento e Desenvolvimento Econômico; Inflação; Teoria e Política de Planejamento), Teoria Econômica (História do Pensamento Econômico; História Econômica; Sistemas Econômicos; Teoria Geral da Economia) e temas relacionados às Relações Étnico-Raciais (Teoria do Desenvolvimento Humano; Economia Solidária; Racismo; Etnocentrismo; Discriminação; Estudos Pós-Coloniais; Decolonialidade). Doutorando em Economia Política (2022) pela Universidade de Brasília (UnB), tendo como orientador (a) Daniela Freddo, Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (2020) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas (UnUCSEH), tendo como orientador (a) Joana D'arc Bardella Castro.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0015664895491576>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8461-4875>

E-mai: marcelino.carsan@gmail.com

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SANTANA, Marcelino de Carvalho. Foucault e a economia política: uma arqueologia sobre a governabilidade moderna. **Passagens**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 15, n.3. Especial. p. 146-171, nov, 2024.

RECEBIDO EM: 21/06/2024**ACEITO EM:** 24/06/2024**PUBLICADO EM:** 28/11/2024

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
